

São Paulo, 26 de abril de 2024

**Ao Ministério de Minas e Energia (MME)**

Esplanada dos Ministérios - Bloco U

Brasília - DF

CEP: 70065-900

**Ref.: Consulta Pública MME nº 160/2024 - Número do processo: 48360.000061/2022-28**

Prezados senhores,

Por meio desta carta, gostaríamos de apresentar nossa contribuição para a Consulta Pública nº 160, do Ministério de Minas e Energia, referente à Portaria de Diretrizes para a realização do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2024 – LRCAP de 2024. O objeto da consulta, “contribuições à minuta de Portaria contendo as Diretrizes para a realização do Leilão para Contratação de Potência Elétrica, a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes, denominado “Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2024 - LRCAP de 2024”, é bem-vindo no contexto de necessidade de provisão de potência ao sistema.

A contratação de potência se apresenta como solução apropriada de correção de rota em relação às decisões tomadas em 2021 na contratação de energia termelétrica inflexível.

Neste sentido, o IEMA tem acompanhado de perto a discussão e implementação da Lei 14.182/2021, que regulamentou o processo de privatização da Eletrobras e incluiu a polêmica emenda que obriga a contratação de termelétricas a gás natural. Conforme apontamos na nota técnica [Termelétricas a Gás Natural na MP 1.031/2021](#), a proposta de incluir 8 GW de termelétricas a gás entre 2026 e 2030, em operação inflexível, resulta em impactos tarifários, técnicos (com o *constrained off* de geração eólica e solar e o vertimento de geração hidrelétrica) e sobretudo climáticos por conta de aumentos significativos nas emissões de gases de efeito estufa.

Nesse mesmo contexto, trouxemos mais elementos para o debate na nota técnica [Crise Hídrica, Termelétricas e Renováveis](#), evidenciando a necessidade de aprimoramentos no planejamento energético de modo que a dependência em relação à fonte hidrelétrica seja atenuada com a integração de fontes renováveis variáveis.

Destacamos ainda a importância da diversificação da matriz energética brasileira com a terceira edição do [Boletim Leilão de Energia Elétrica](#), incluindo alguns exemplos de contratação de

potência em outros países, de modo a garantir maior segurança e eficiência diante das mudanças climáticas e evitar a dependência excessiva de recursos hídricos e fontes fósseis.

Os reflexos econômicos e recentes do aumento dessa geração termelétrica foram capturados em nosso [3º Inventário de Emissões Atmosféricas em Usinas Termelétricas](#).

Por fim, uma análise do IEMA e do Idec sobre os [Dois Anos Após Lei da Privatização da Eletrobras](#), para a Coalizão Energia Limpa, enfatizou o avanço das fontes solar e eólica nos dois anos após a publicação da lei e porque a contratação compulsória de 8 GW perde sentido em termos de atendimento de demanda.

Diante do exposto, entendemos que novas contratações de térmicas a gás natural na matriz elétrica sejam direcionadas ao atendimento de potência e da carga horário de ponta, alternativa que se mostrou econômica no último leilão de reserva de capacidade realizado em dezembro de 2021. Ganhos de potência do sistema podem ser providos por soluções sustentáveis que tendem a apresentar economicidade no curto prazo, como usinas solares e eólicas aliadas a sistemas de armazenamento de energia. A inclusão de sistemas de armazenamento neste certame é bem-vinda, mas deve ser acompanhada de discussões para que a inclusão das renováveis intermitentes ocorra em oportunidades futuras.

Nesse sentido, há um entendimento que a contratação de potência é fundamental para a confiabilidade e segurança energética do país para atender ao ciclo da variação anual da Energia Armazenada no Sistema Elétrico Brasileiro e aos períodos de ponta.

Para ambos os casos apresentados, as soluções não são triviais, no sentido de precificação da energia e serviços prestados pelas diferentes tecnologias disponíveis e exigem o equilíbrio da proporção entre as UHEs, a geração solar fotovoltaica e eólica e um novo portfólio de opções de tecnologias que forneçam potência e armazenamento ao sistema elétrico.

De modo a apoiar a inclusão dessas fontes e atuar na modernização e na descarbonização do setor elétrico brasileiro, sugere-se para o LRCAP 2024 que a ampliação da potência instalada no sistema interligado nacional seja condicionada ao aumento do armazenamento de energia. Sugere-se que as opções de armazenamento considerem tanto a opção centralizada de hidrelétricas reversíveis quanto sistemas de armazenamento de energia por baterias junto à geração fotovoltaica, eólica e linhas de transmissão ou distribuição. Tais configurações favorecem a modernização do sistema elétrico brasileiro e sinalizam a inclusão de novas modalidades de geração e armazenamento aos agentes do setor.

Acrescenta-se como solução que possa ser contemplada futuramente a resposta voluntária de demanda para grandes consumidores. Os resultados da iniciativa atestam que a redução de consumo e os benefícios econômicos foram claramente superiores à contratação de termelétricas pelo PCS. Adicionalmente, para consumidores residenciais, sugere-se a ampliação de tarifas dinâmicas que reflitam os custos reais de geração de energia em diferentes momentos do dia. A abertura deste tipo de recurso energético em todo o SIN tem potencial de permitir a formação de grupos ou portfólios de consumidores distribuídos na carga nacional, participando como agentes ativos do controle da curva de carga diária.

O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 2006, dedicada a fornecer conhecimento técnico e científico para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas relacionadas à transição energética do setor elétrico e de transportes. O nosso objetivo é garantir que o uso dos recursos naturais seja sustentável, promovendo o desenvolvimento social e econômico do país.

Diante do exposto, o IEMA expressa seu comprometimento com a transição energética do Brasil e reiteramos a importância de uma abordagem equilibrada e sustentável para garantir a segurança energética e mitigar os impactos ambientais. Estamos à disposição para colaborar ainda mais no desenvolvimento de políticas públicas que promovam um futuro energético mais resiliente e ambientalmente responsável para o Brasil.

Respeitosamente,

Ricardo Baitelo  
Gerente de projetos do IEMA

Vinicius Oliveira da Silva  
Líder de projetos do IEMA